

Governo se reúne mas não

ia

Jornal de Brasília

define as novas medidas

Os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, estiveram reunidos ontem até o início da noite, no Palácio do Planalto, com o presidente José Sarney e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, acertando os detalhes finais do conjunto de medidas destinadas a promover o ajustamento da economia, e que poderão começar a ser anunciadas hoje.

O Governo não pretende divulgar as medidas em estudo de uma só vez, mesmo porque elas estão sendo discutidas uma a uma com outros setores do Governo, o qual deseja ainda tirar partido da disseminação das novas propostas, através dos jornais e das escolas de economia.

-29

Quatro linhas

Estão sendo discutidas basicamente quatro decisões: controle do déficit público, reforma do sistema tributário, mudanças dos mecanismos de controle do comércio exterior e completa reforma da política industrial.

Na área do comércio exterior também deverá ser introduzida uma flexibilidade nos controles sobre as exportações e importações, o que será complementado por uma política fiscal e tarifária mais realista.

O controle dos déficit público

exigirá ainda novas medidas, inclusive na área dos salários. Estão sendo preparadas também instruções voltadas para o controle dos gastos de custeio e destinadas a tornar mais seletivos os investimentos públicos.

Toda essa programação deverá não apenas liberar a economia das amarras do Estado, como também criar as condições necessárias para fortalecer o poder de barganha do Brasil junto aos credores internacionais, e em especial junto ao Fundo Monetário Internacional.

Na área dos salários, o congelamento da Unidade de Referência de Preços — URP — para funcionários públicos federais com salário superior a Cz\$ 40 mil — é uma das hipóteses que começou a ser estudada pela área econômica do Governo. Os técnicos da Sedap, que, em princípio, são contrários à proposta de corte nos salários, consideram que não há possibilidade de oposição à pressão feita pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Das idéias em estudo, parece simpática aos técnicos da Sedap a de congelamento a partir de um determinado patamar, com devolução na data do reajuste salarial, apesar de, como lembram, existir, neste caso, problemas semelhantes ao registrado com o efeito cascata sobre a URP: reduz-se a distância entre as faixas salariais.